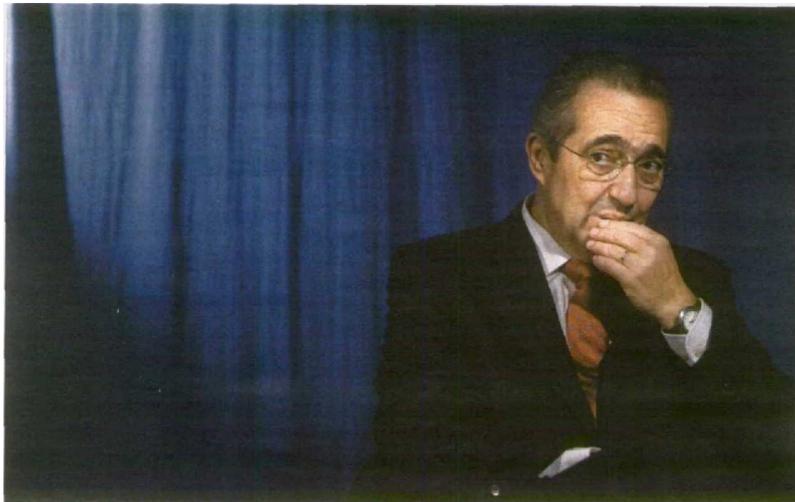




<p>i</p> <p>02-10-2013</p>	<p>Periodicidade: Diária</p>	<p>Temática: Política</p>
	<p>Classe: Informação Geral</p>	<p>Dimensão: 340</p>
	<p>Âmbito: Nacional</p>	<p>Imagem: S/Cor</p>
	<p>Tiragem: 80000</p>	<p>Página (s): 4</p>



Deputado queixa-se de falta de debate entre os centristas ANDRÉ KOSTERS/LUSA

Ribeiro e Castro acusa direcção do CDS de o ter “silenciado”

Ex-presidente do partido, que se demitiu da presidência da comissão parlamentar de Educação, diz-se “excluído do direito de intervir”

SUSETE FRANCISCO
susete.francisco@ionline.pt

“Silenciado”. O deputado e antigo líder do CDS José Ribeiro e Castro acusa a direcção do partido de lhe impor uma “punição administrativa” de silêncio, impedindo-o de intervir nos trabalhos parlamentares. O antigo líder do CDS demitiu-se no último domingo da presidência da comissão parlamentar de Educação. Ontem explicou porque: “O que infelizmente constato é que fui excluído do direito de intervir.”

Ribeiro e Castro diz que desde o início da legislatura, em 2011, que se depara com dificuldades para fazer intervenções em plenário. Mas “as coisas agravaram-se nesta sessão legislativa”. “Notei desde o princípio que havia um regime de restrição muito mais apertado, que se agravou a partir da questão do 1º de Dezembro”, sublinhou ao *i*. O deputado do CDS manifestou-se por diversas vezes contra a eliminação do feriado da Restauração da Independência a 1 de Dezembro, acabando por votar contra as alterações ao Código do Trabalho que instituíram esta medida. A violação

da disciplina de voto causou na altura – em Maio de 2012 – algum mau estar na bancada parlamentar, mas a direcção do grupo não avançou com qualquer punição.

Mas, se não houve uma punição formal, Ribeiro e Castro sustenta que quebrar a disciplina de voto teve consequências: “Acho que o agravamento da exclusão tem a ver com isso.” “Desde aí só tive uma saída precária do regime de exclusão”, ironiza, referindo-se à proposta que veio abrir a porta à atribuição da nacionalidade portuguesa aos descendentes de judeus sefarditas expulsos de Portugal. Mas antes – mesmo na anterior legislatura – já havia problemas. Para os quais avança uma explicação: “Há questões que vêm de trás, sectarismos que não desaparecem”.

Com o líder parlamentar, Nuno Magalhães, ausente na Suécia a acompanhar a visita de Cavaco Silva, na bancada dos centristas a reacção foi cautelosa. “Registei com relativa surpresa, a seu tempo responderei”, afirmou ao *i* Hélder Amaral, vice-presidente do grupo parlamentar. João Almeida, porta-voz do partido, escusou-se a qualquer comentário.

POUCO DEBATE Além da exclusão a que se diz votado, Ribeiro e Castro aponta um “problema mais vasto”, referindo-se às “poucas reuniões” realizadas quer pela bancada parlamentar, quer pelos órgãos do partido. E dá exemplos. “Entre a crise da TSU, em Setembro de 2012, e Março de 2013 – seis meses intensíssimos – a Comissão Política não reuniu uma única vez”. Mais: “Na crise de Julho é evidente que bastava o presidente do partido ter reunido com a Comissão Executiva antes e não depois de se ter demitido, que não teria havido crise política”. Ribeiro e Castro aponta ainda a falta de profundidade nos debates.

“É um problema de cultura dirigista do partido”, sustenta o deputado, defendendo que “isto não é uma forma correcta de funcionar”. “Muitas vezes oiço o PSD e o CDS pedirem reuniões ao PS. Acho bem, mas não acho mal que falem com o CDS também”, acrescenta.

Para o ex-líder do partido a “domesticação dos deputados” é má para a democracia – “É importante que as pessoas não se conformem com isso, de contrário o desprestígio do parlamento será cada vez maior”.